



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXVII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa – 30/setembro/2001

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Presidente do TRT e da Comissão
Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Vice-Presidente Administrativa
Advogado FRANCISCO ARY MONTENEGRO CASTELO (OAB)

COMISSÃO EXAMINADORA

Juíza MARIA APARECIDA PELLEGRINA – Presidente da Comissão
Juiz RAFAEL EDSON PUGLIESI RIBEIRO
Advogado RENATO RUA DE ALMEIDA (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 02 de outubro de 2001, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II .

BOA SORTE.

COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO
Rua da Consolação, 1272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP
Fone: 255-4111 Ramal 2297

51. A personalidade civil começa:

- a) no dia do nascimento, inclusive para incapazes;
- b) desde a concepção do nascituro;
- c) a partir do registro civil;
- d) com a maioridade ou emancipação;
- e) com a cidadania

52. José de Tal, de 20 anos, economista, ajuíza ação *in rem verso* em face do réu João de Tal.

- a) o autor deve ser simplesmente assistido;
- b) o Ministério Público deverá atuar como *custos legis*;
- c) o Ministério Público deverá atuar como curador à lide;
- d) o Ministério Público deverá atuar como parte em sentido formal;
- e) não é necessária a intervenção do Ministério Público

53. O empregado foi despedido em 22.4.1998. Em 30.4.1.998 foi convocado para servir na guerra.

- a) o prazo prescricional iniciado continua a correr
- b) a prescrição é interrupta
- c) o prazo prescricional continuará a correr se o réu não souber da convocação militar
- d) a prescrição é sustinente
- e) a convocação militar caracteriza condição interruptiva se a ação for pessoal

54. Proposições sobre a obrigação de dar coisa incerta:

- I) é identificada pela espécie e quantidade
- II) a escolha pertence ao credor, salvo disposição em contrário
- III) a escolha do credor não pode atingir coisa melhor do que a espécie prevista
- IV) depois da escolha pelo credor o devedor não pode alegar a deterioração ou perda da coisa

Identifique as proposições corretas:

- a) todas estão corretas;
- b) somente corretas: I e II;
- c) somente corretas: II e III;
- d) somente corretas: I e IV;
- e) todas estão erradas

55. Proposições sobre a obrigação de fazer:

- I) entrega de guia AM é obrigação de fazer
- II) se o devedor recusar a prestação, a obrigação poderá ser satisfeita por terceiro, quando a personalidade seja da essência do pacto
- III) se a prestação tornar-se impossível sem culpa do devedor, a obrigação fica resolvida, perdendo o credor
- IV) pode ser pessoalmente fungível ou infungível

Assinale a alternativa correta:

- a) somente corretas: I e II;
- b) somente corretas: I e III;
- c) somente corretas: III e IV;
- d) somente corretas: I e IV;
- e) somente errada: II

56. Proposições para a obrigação de coisa naturalmente infungível:

- I) a obrigação não estará remitada por um dos credores, se não a ele

II) fica diminuída a obrigação remitada por um dos credores para todos

III) qualquer dos credores pode exigir a prestação integral, ainda que tenha sido por algum deles remitada a parte

IV) a obrigação continua indivisível, ainda que resolvida em perdas e danos

Identifique as proposições corretas:

- a) estão corretas: I e II;
- b) somente correta: II;
- c) estão corretas: III e IV;
- d) somente correta: IV;
- e) estão corretas: I, III e IV

57. Tratado internacional que acarreta encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional:

- a) é inadmissível porque agrava o patrimônio nacional, ferindo a soberania interna
- b) competência exclusiva do Congresso Nacional
- c) é resolvido na Câmara dos Deputados, com voto da maioria absoluta e enviado ao Senado Federal para ratificação por maioria simples
- d) basta a ratificação pelo Executivo com assistência do corpo diplomático
- e) basta a ratificação pelo Executivo e confirmação por decreto legislativo da Câmara dos Deputados com voto da maioria absoluta

58. Proposições sobre a mora:

- I) o devedor responde por qualquer circunstância de mora, inclusive a *accipiendi*
- II) só há mora para obrigações positivas
- III) a ocorrência de mora depende de ação ou omissão exclusivamente imputável ao devedor
- IV) nas obrigações sem prazo assinado considera-se imediatamente em mora o devedor

Assinale a alternativa correta:

- a) somente certa: IV;
- b) estão certas: I e III;
- c) estão certas: II e IV;
- d) estão certas III e IV;
- e) estão erradas: I, II, III e IV

59. O conflito de competência pode ser suscitado:

- a) por qualquer dos Juizes envolvidos e pelo Ministério Público
- b) por qualquer dos Juizes envolvidos, pelo Ministério Público e pelas partes
- c) somente pelo Juiz em favor de quem foi declinada a competência
- d) pelo Juiz em favor de quem foi declinada a competência e pelo Ministério Público
- e) nenhuma das anteriores é correta

60. Autóctone e ádvēna. Direitos civis:

- a) o ádvēna sofre difidência para aquisição
- b) o autóctone tem diferida proteção para gozo
- c) aquisição e gozo análogos a ambos e dois
- d) a ambos são negados gozo e aquisição, integralmente
- e) a ambos são concedidos gozo e aquisição, sob certos limites

61. Uma sentença trabalhista foi omissa quanto à especificação da natureza jurídica das parcelas condenatórias:

- a) a citada omissão não afeta o direito ou o interesse das partes
- b) a sentença é anulável
- c) a sentença é nula
- d) a sentença não é nula
- e) a citada omissão afeta o direito das partes, mas é vício venial relevável se o litigante não fizer alegação de nulidade

62. O empregado ajuíza ação de execução trabalhista de título extrajudicial. O título é o termo de conciliação obtido perante a Comissão de Conciliação Prévia, que foi firmado, em nome da empresa, pelo contador não empregado, porque o representante legal da empresa estava fora do país antes de a empresa ser notificada para a sessão de conciliação. O devedor é citado e apresenta embargos à execução alegando que o termo foi firmado perante a Comissão por pessoa que não tinha poderes de representação da empresa (contador não empregado) e que o representante legal da empresa não estava no país para receber a notificação da Comissão de Conciliação.

Assinale a alternativa correta:

- a) os embargos à execução são admissíveis para a matéria alegada e para qualquer outra que interessar como matéria de defesa
- b) o cabimento dos embargos à execução é restrito para as alegações de cumprimento do acordo, quitação ou prescrição da dívida
- c) a matéria alegada nos embargos caracteriza a má-fé
- d) não cabem embargos do devedor, mas contestação
- e) não há ainda disciplina legal sobre o processo de execução de título extrajudicial na Justiça do Trabalho

63. Proposições sobre o auxílio-acidente:

- I – tem natureza de indenização
- II – é devido em qualquer situação de acidente do trabalho
- III – é de 65% do salário-de-benefício
- IV – fica prejudicado com o recebimento de salário

Assinale a alternativa correta:

- a) só três estão certas: II, III e IV
- b) só duas estão certas: II e III
- c) só uma está certa: I
- d) todas estão certas
- e) todas estão erradas

64. As audiências trabalhistas:

- a) só podem realizar-se na sede do Juízo e das 08h00 às 18h00, não podendo exceder de 6 horas
- b) só podem realizar-se na sede do Juízo e das 08h00 às 18h00, não podendo exceder de 5 horas
- c) só podem realizar-se na sede do Juízo e das 08h00 às 20h00, não podendo exceder de 5 horas
- d) só podem realizar-se na sede do Juízo e das 08h00 às 20h00, não podendo exceder de 6 horas
- e) nenhuma das anteriores é correta

65. No procedimento sumaríssimo, respectivamente: o prazo para solução do processo, manifestação sobre o laudo pericial e razões finais:

- a) 15 dias; 5 dias para cada parte; 10 minutos
- b) 15 dias; o prazo que o Juiz fixar; 15 minutos
- c) 20 dias; o prazo que o Juiz fixar; não há razões finais

- d) 30 dias; 5 dias comuns; 20 minutos
- e) todas as alternativas são incorretas

66. Proposições:

- I – É defeso distribuir a petição inicial desacompanhada de procuração. A única exceção é para o caso de o autor estar postulando em causa própria;
- II – Em audiência uma o Juiz tem a faculdade de mandar intimar uma testemunha para depoimento no mesmo dia, mediante acompanhamento do oficial de justiça;
- III – A sede do Juízo é em São Paulo. O réu é pessoa de direito privado, capaz, em causa patrimonial e domiciliado em Curitiba. A citação deve ser feita por precatória;
- IV – A denunciação da lide é sempre feita pelo réu;

Assinale a alternativa correta para as proposições dispostas:

- a) todas são corretas
- b) somente corretas: I e II
- c) somente corretas: I, II e III
- d) somente corretas: I, III e IV
- e) todas são incorretas

67. Numa execução trabalhista o devedor deu um cheque sem fundos para pagamento do débito exequendo. Classifique a ocorrência:

- a) houve crime de estelionato
- b) houve crime de fraude à execução qualificado
- c) houve crime de fraude à execução
- d) não houve crime
- e) houve crime de desobediência de ordem judicial

68. O exame da transcendência no recurso de revista concerne a aspectos de ordem:

- a) financeira, econômica e social
- b) política, jurídica, social e econômica
- c) social, política e financeira
- d) jurídica, financeira, econômica e social
- e) constitucional, jurídica, econômica e social

69. A caseira de uma propriedade, possuindo a chave da casa, ingressou na mesma apoderando-se de uma roupa social da patroa para ir a uma festa, pretendendo devolvê-la no dia seguinte. Ocorre que na referida festa a caseira foi vista e denunciada à sua patroa, embora tenha devolvido a roupa colocando-a no mesmo lugar.

- a) legalmente, trata-se de furto qualificado
- b) legalmente, trata-se de crime de furto simples
- c) legalmente, deverá o agente ser punido por furto qualificado mas com diminuição da pena de que trata o parágrafo 2º do art. 155 do Código Penal, "in verbis": "Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa"
- d) legalmente, o ato praticado pode ser considerado como furto de uso
- e) nenhuma das anteriores

70. Ocorrendo a falência do fiduciante em se tratando de alienação fiduciária em garantia:

- I. é assegurado ao credor efetivar a venda do bem, em caso de falência do fiduciante, independentemente de leilão ou hasta pública, avaliação prévia ou outra medida judicial ou extrajudicial, salvo se houver disposição expressa prevista no contrato

- II. é assegurado ao credor efetuar a venda do bem, cobrando-se do seu crédito e das despesas decorrentes, entregando-se à massa falida o saldo porventura existente
- III. é assegurado ao credor o direito de pedir, na forma prevista na lei, a restituição do bem alienado fiduciariamente

Identifique a(s) proposição(ões) verdadeira(s):

- a) está exclusivamente certa a proposição I
- b) está exclusivamente certa a proposição II
- c) está exclusivamente certa a proposição III
- d) estão certas as proposições I, II e III
- e) todas as proposições estão erradas

71. Observe as proposições abaixo, em caso de nulidade decorrente de expressa declaração da lei:

- I. a que invalida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia se a dívida não for paga no vencimento
- II. a que proclama a ineficácia das hipóteses celebradas em garantia de débitos anteriores, nos quarenta dias antecedente da quebra
- III. a que declara nula a doação de todos os bens sem reserva de parte para a subsistência do doador

Identifique a(s) proposição(ões) verdadeira(s):

- a) exclusivamente verdadeira: I
- b) exclusivamente verdadeira: II
- c) exclusivamente verdadeira: III
- d) todas são verdadeiras
- e) somente verdadeiras: I e II

72. Para que haja a participação criminosa é preciso que, antes da prática do crime:

- a) tenha havido acordo de vontades
- b) tenha havido o "pactum sceleris"
- c) basta que uma vontade adira à outra
- d) tenha havido vontade de aderir por parte do autor
- e) nenhuma das anteriores

73. O artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso XXII, garante o direito à propriedade, mas em seu inciso XXIII diz que a propriedade atenderá sua função social. No direito civil, o conceito de propriedade é extraído das prerrogativas que o domínio oferece: usar, gozar, dispor e de reivindicar a coisa de quem quer que indevidamente a detenha. Assim, podemos afirmar:

- I. o conceito constitucional de propriedade é mais lato do que aquele de que se serve o direito privado
- II. no sistema constitucional, a propriedade está simultaneamente vinculada ao regime das liberdades pessoais e à própria ordem econômica
- III. a liberdade de uso e fruição, em muitos casos, foi transformada em dever de uso

Assinale a alternativa correta:

- a) exclusivamente verdadeira a proposição I
- b) exclusivamente verdadeira a proposição II
- c) exclusivamente verdadeira a proposição III
- d) todas as proposições são verdadeiras
- e) somente são verdadeiras as proposições I e III

74. É aplicável o instituto da reabilitação da sanção disciplinar, no Direito Administrativo brasileiro:

- a) exceção feita às sanções corretivas, é aplicável porque, embora não havendo no campo do direito administrativo disciplinar brasileiro nenhuma norma positiva acolhendo tal instituto, a omissão do legislador não obsta a atuação abrangente do aplicador da lei
- b) exceção feita às sanções expulsivas, é aplicável porque embora não havendo no campo do direito administrativo disciplinar brasileiro nenhuma norma positiva acolhe do tal instituto, a omissão do legislador não obsta a atuação abrangente do aplicador da lei
- c) não é aplicável porque no campo do direito administrativo disciplinar brasileiro inexistente norma positiva acolhendo esse instituto
- d) é aplicável porque, embora não havendo no campo do direito administrativo disciplinar brasileiro nenhuma norma positiva acolhendo tal instituto, a omissão do legislador não obsta a atuação abrangente do aplicador da lei
- e) somente é aplicável se for proveniente do perdão tácito

75. Nas sociedades de economia mista a participação do Estado:

- I. é, regra geral, um meio de intervenção na ordem econômica
- II. é, somente por exceção, um processo de descentralização
- III. não impede a penhora de bens dessa sociedade

Identifique a(s) proposição(ões) verdadeira(s):

- a) exclusivamente verdadeira: I
- b) exclusivamente verdadeira: II
- c) exclusivamente verdadeira: III
- d) são verdadeiras: I, II e III
- e) são verdadeiras: I e II

76. Em caso de "habeas data", contra ato praticado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, qual o órgão competente para apreciar o pedido, em instância originária?

- a) STJ
- b) TRF
- c) STF
- d) Juiz federal
- e) Congresso Nacional

77. No tocante à liberdade de associação ou sindical, qual dos textos abaixo apontados que trata do objetivo de associação profissional não sindical?

- a) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais representadas
- b) estudar, defender e coordenar os interesses econômicos e profissionais de seus associados
- c) defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, até em questões judiciais e administrativas
- d) participar de negociações coletivas de trabalho e celebrar convenções e acordos coletivos
- e) Todas as alternativas são corretas

78. Sob pena de preclusão o pedido de remição há que ser formulado dentro do prazo de 24 horas. Esse prazo de 24 horas é contado:

- a) a partir da arrematação e término 24 horas após, com a assinatura do auto de arrematação
- b) a partir do depósito feito pelo arrematante e término 24 após com a assinatura do auto de arrematação
- c) a partir da realização da praça e término 24 horas após a assinatura do auto de arrematação
- d) a partir da realização da praça e término 24 horas após, com a assinatura do auto de arrematação

- e) a partir da arrematação e término 24 horas após a assinatura do auto de arrematação

79. Do ato administrativo. Pelo critério subjetivo ou orgânico, têm-se que a revogação é:

- a) o desfazimento por órgão diferente daquele que lhe deu origem, superior hierárquico ou não, no exercício ou não do poder de vigilância
- b) o desfazimento por motivo de legalidade
- c) o desfazimento do ato administrativo por motivo de oportunidade ou conveniência
- d) a retirada do ato administrativo pelo próprio órgão que lhe deu origem
- e) Todas as anteriores estão incorretas

80. Em relação a bens públicos tem-se que:

- a) são impenhoráveis os de uso comum, alienáveis quando passarem à categoria dos dominiais
- b) não são suscetíveis de usucapião, salvo as terras devolutas
- c) móveis e imóveis formam o que se chama de domínio público e são os que se destinam ao uso dominial
- d) não podem ser penhorados, embora possam ser gravados com direitos reais de garantia
- e) os itens "b" e "d", estão corretos

81. Em atenção ao princípio da eventualidade no Processo Civil, observa-se que:

- a) é defeso às partes e seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos ofertados no processo
- b) o juiz apreciará livremente a prova atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mas deverá indicar na sentença os motivos que lhe formaram o convencimento
- c) cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros aqueles não impugnados
- d) os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores
- e) toda pessoa que se achar no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo

82. A execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I e II, da Constituição Federal e seus acréscimos legais, decorrentes de sentenças trabalhistas, é da competência:

- a) da Justiça Federal
- b) da Justiça do Trabalho
- c) da Justiça Comum Estadual
- d) depende de onde foram inscritas como Dívida Ativa
- e) nenhuma das anteriores

83. Os atos de comércio devem ser definidos como:

- I – aqueles praticados pelo comerciante no exercício de sua profissão
- II – aqueles praticados habitualmente por empresas civis
- III – aqueles assim definidos por lei
- IV – aqueles praticados esporadicamente pelas empresas
- V – todos aqueles sujeitos à lei comercial

- a) todas as alternativas estão corretas
- b) as alternativas I, III e V estão corretas
- c) as alternativas I, II e IV estão corretas

- d) apenas a alternativa V está correta
- e) nenhuma das anteriores

84. Os atos de comércio subjetivos caracterizam-se por ser:

- I – realizados com a finalidade de obtenção de lucros
- II – realizados entre o produtor e o consumidor, ou de prestação de serviço especial
- III – realizados esporadicamente
- IV – subordinados à vontade do legislador
- V – considerados em função da atividade do agente

- a) as assertivas I, II e V estão corretas
- b) as assertivas II, III e IV estão corretas
- c) somente a assertiva II está correta
- d) todas as assertivas estão incorretas
- e) nenhuma das anteriores

85. Nos termos da Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98:

- I – As contribuições do empregador a entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes
- II – As contribuições do empregador a entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes
- III – A adesão a planos de previdência privada complementar é obrigatória para quem ganha acima de R\$ 1.200,00 por mês
- IV – A adesão a planos de previdência é facultativa em relação ao regime geral de previdência social

Das afirmações acima, podemos dizer que:

- a) II e III estão corretas
- b) II e IV estão corretas
- c) I e II estão corretas
- d) III e IV estão corretas
- e) I e IV estão corretas

86. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- I – Originariamente e em caráter definitivo, as demandas intersindiais relativas à base territorial
- II – Ação trabalhista contra o Estado Estrangeiro, ainda que eventualmente decida pela imunidade de jurisdição
- III – Ação de servidor estatutário, relativamente a vantagens trabalhistas do período celetista anterior à instituição do Regime Único
- IV – Mediante lei, qualquer controvérsia oriunda da relação de trabalho

- a) as proposições II, III e IV estão corretas
- b) as proposições I e IV estão corretas
- c) as proposições II e III estão corretas
- d) todas as alternativas estão corretas
- e) somente a alternativa IV está correta

87. Diz-se que a execução provisória é cabível quando:

- a) a sentença exequenda houver sido atacada por recurso recebido no efeito devolutivo
- b) a sentença exequenda não houver sido atacada por qualquer recurso
- c) a sentença exequenda houver sido atacada por recurso recebido no duplo efeito
- d) a sentença exequenda houver sido atacada por recurso recebido no duplo efeito, visando a reforma de apenas uma parte da condenação
- e) a sentença exequenda houver sido atacada por recurso adesivo

88. Nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 4.6.1998, a administração pública indireta de quaisquer poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos seguintes princípios:

- a) discricionariedade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- b) legalidade, impessoalidade, representatividade, publicidade e eficiência
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- d) representatividade, discricionariedade, moralidade, publicidade e eficiência
- e) legalidade, impessoalidade, representatividade, publicidade e eficiência

89. Com o advento da Lei nº 10.272, de 05/09/2001, o artigo 467 da CLT, deve ser entendido como:

- a) a parte incontroversa das verbas rescisórias deve ser quitada em 1ª audiência, acrescida da multa de 50%
- b) a parte incontroversa dos salários deve ser paga em 1ª audiência acrescida da multa de 50%
- c) a parte incontroversa dos salários deve ser quitada em 1ª audiência
- d) a parte incontroversa das verbas rescisórias deve ser quitada em 1ª audiência
- e) a parte incontroversa das verbas rescisórias, acrescida da multa de 50%, deve ser paga antes do encerramento da instrução do processo

90. Sob o prisma do Direito Administrativo, escolha, das assertivas abaixo, assinalando aquela ou aquelas que entender correta ou corretas:

I - Há poder vinculado quando autoridade, ante determinada circunstância, é obrigada a tomar decisão determinada, pois sua conduta é ditada previamente pela norma jurídica

II - Poder discricionário é a faculdade conferida à autoridade administrativa de, ante certa circunstância, escolher uma entre várias soluções possíveis

III - Poder-dever significa que a autoridade detém poderes para praticar o ato administrativo e está obrigada a praticá-lo, quando os fatos e as circunstâncias ocorrerem, não cabendo discricionariedade quanto à decisão de praticá-lo

- a) somente correta: I
- b) somente correta: II
- c) somente correta: III
- d) nenhuma é correta
- e) todas estão corretas

91. Tratando-se de empregada doméstica, com referência ao salário maternidade podemos afirmar que:

- a) é benefício previdenciário, sendo pago à trabalhadora diretamente pelo Órgão Previdenciário, incumbindo ao empregador apenas o fornecimento da documentação solicitada por referido Órgão
- b) é benefício previdenciário, sendo pago à trabalhadora diretamente pelo Órgão Previdenciário, sem qualquer interferência do empregador
- c) é modalidade remuneratória, sendo pago diretamente pelo empregador

- d) é modalidade remuneratória, sendo pago diretamente pelo empregador, o qual posteriormente se ressarcirá junto ao Órgão Previdenciário
- e) é salário *strictu sensu*

92. Nos termos dos artigos 19 e 20, da Lei 8213/91, são considerados acidentes do trabalho:

- a) apenas os infortúnios ocorridos nos períodos em que o empregado está à disposição do empregador, inclusive nos trajetos residência/trabalho e trabalho/residência
- b) aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou a perda, ou a redução permanente ou temporária da capacidade laboral, a doença profissional e a doença do trabalho
- c) a doença degenerativa, a doença inerente a grupo etário, a doença que não produza incapacidade laborativa e a doença endêmica
- d) infortúnio que atinge o empregado durante seu horário de trabalho
- e) todas as doenças adquiridas pelo empregado durante a vigência do contrato de trabalho

93. A transação:

I - é forma de extinção de obrigação

II - é modalidade contratual

III - é o instituto jurídico pelo qual as partes, mediante concessões recíprocas e diante da existência de dúvida quanto a efetivação do direito, previnem ou terminam o litígio

IV - pode ser efetivada judicialmente ou extrajudicialmente

Consideradas as disposições contidas no Código Civil Brasileiro:

- a) todas estão incorretas
- b) todas estão corretas
- c) estão corretos apenas: I, III e IV
- d) estão corretos apenas: I e IV
- e) apenas está correta: II

94. Nas obrigações alternativas:

- a) a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou
- b) a escolha cabe ao credor
- c) a escolha cabe sempre ao devedor
- d) a escolha cabe ao Juiz competente para apreciar a matéria discutida judicialmente
- e) a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou

95. Após o trânsito em julgado de decisão proferida em ação cujo objeto é uma relação jurídica de natureza continuativa, sobrevindo alteração do estado de fato ou de direito em referida relação, é correto afirmar que:

- a) não se opera o trânsito em julgado de decisão judicial proferida em referidas condições
- b) a matéria não poderá mais ser discutida judicialmente, em respeito à coisa julgada
- c) é passível a rescisão do julgado via ação rescisória correspondente
- d) a matéria poderá ser revista judicialmente, mediante requerimento da parte, por meio do provimento judicial correspondente
- e) a matéria poderá ser revista pelo próprio Órgão prolator da decisão, *ex officio*

96. Consideradas as disposições contidas no artigo 408 do Código de Processo Civil, apresentado rol de testemunhas, a parte somente poderá substituí-las:

- a) em qualquer caso e a qualquer momento
- b) nos casos de falecimento, de enfermidade que as impeça de depor, de mudança de residência sem que tenham sido encontradas pelo oficial de justiça
- c) em qualquer caso, mediante requerimento formulado ao Juiz da causa
- d) nos casos de falecimento, de enfermidade, de impedimento e de suspeição
- e) apenas nos casos de impedimento e suspeição

97. Formado o litisconsórcio:

- a) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo estipulação das partes em sentido contrário
- b) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, independentemente da matéria objeto da irrisignação
- c) o recurso interposto por um dos litisconsortes não aproveita aos demais
- d) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, somente nos casos de solidariedade passiva
- e) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses

98. Tratando-se de medida cautelar, é correto afirmar que:

- a) o indeferimento da medida permite que a parte intente a ação principal, não influenciando no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor
- b) o indeferimento da medida acarreta trânsito em julgado, não podendo mais ser discutida a matéria na ação principal
- c) o indeferimento da medida permite que a parte intente a ação principal a qualquer tempo
- d) o indeferimento da medida permite que a parte intente a ação principal somente após o trânsito em julgado da decisão que rejeitou o provimento cautelar solicitado
- e) o indeferimento da medida não permite que a parte intente a ação principal

99. Consideradas as disposições contidas no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal e no artigo 1º, da Lei 1533/51, são requisitos para concessão de mandado de segurança:

- a) violação de direito líquido e certo, amparado por *habeas corpus*, acarretado por ato de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público
- b) Qualquer violação de direito líquido e certo por ato de autoridade
- c) ato de autoridade cometido em abuso de poder
- d) violação de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, acarretado por ato de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público
- e) violação de direito, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, acarretado por ato de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público

100. A Lei nº 10.268, de 28/08/2001, que altera os dispositivos do Decreto-lei nº 2.848/1940 - Código Penal - em seus artigos 342/343:

- a) amplia para o campo do Juízo Arbitral e Administrativo a prática do delito
- b) amplia para o campo do Processo Administrativo e Policial a prática do delito
- c) amplia para o campo do Processo Judicial, Administrativo, Policial, Juízo Arbitral a prática do delito
- d) restringe o campo de atuação para a prática do delito
- e) nenhuma das anteriores